

A imigração espanhola no interior paulista: inferências a partir de um estudo de caso

Oswaldo Truzzi¹

Rogério da Palma²

Resumo: Na sociologia histórica das migrações para São Paulo os espanhóis ocupam um lugar peculiar. Embora constituam um grupo manifestamente numeroso, unanimemente reconhecido, ao lado de portugueses e italianos, como protagonista principal das migrações em massa no panorama paulista, sua presença é frequentemente qualificada como invisível. O presente artigo aponta e discute as razões da invisibilidade dos espanhóis no estado a partir do caso de São Carlos.

Palavras-chave: imigração espanhola; (in)visibilidade; interior paulista; mobilidade.

Spaniard immigration to the paulista interior: inferences based on a case study

Abstract: *In the historical sociology of immigration to São Paulo, Spaniards keep a peculiar place. Together with Portuguese and Italians, Spaniards constituted one of the most numerically significant groups that came to São Paulo in the era of mass migration. Nonetheless, their presence is often qualified as invisible. Taking a case study (the city of São Carlos) this article explores and discusses the reasons for the invisibility of the group.*

1 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Pesquisador do CNPq - São Carlos - Brasil - truzzi@ufscar.br

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Bolsista FAPESP - São Carlos - Brasil - rog.cs@hotmail.com

Keywords: *Spanish immigration; (in)visibility; provinces of São Paulo; mobility.*

1. Introdução

Na sociologia histórica das migrações para São Paulo, os espanhóis ocupam um lugar peculiar. Embora constituam um grupo manifestamente numeroso, unanimemente reconhecido, ao lado de portugueses e italianos, como protagonista principal das migrações em massa no panorama paulista, sua presença é frequentemente qualificada como invisível (Nascimento, 2002; Cánovas, 2009; Klein, 1994). Há ainda pouca produção acadêmica sobre o grupo e, na maior parte das vezes, os trabalhos qualificados sobre esse numeroso contingente tomam como contexto a capital paulista (Martínez, 1999; Cánovas, 2009; Peres, 2003), em um cenário em que as contribuições de Oliveira (2002), Cánovas (2005), D'Ávila (2004) e Dias (2010) figuram como exceção. O objetivo deste artigo é focalizar a imigração espanhola a partir do caso de São Carlos, um município localizado no centro do estado de São Paulo, tomando-o como pretexto para discutir justamente a visibilidade tida como bastante problemática associada ao grupo. De um ponto de vista metodológico, estudos de caso servem para testar e levantar hipóteses sobre um determinado fenômeno ou realidade social, e é precisamente isto o que se pretende aqui.

O texto se estrutura da seguinte forma. Em primeiro lugar, discute-se o problema da (in)visibilidade de um grupo migratório a partir de uma perspectiva sociológica. Em segundo lugar, contextualiza-se brevemente o município de São Carlos no contexto da economia cafeeira paulista. Em seguida, aponta-se a inserção dos espanhóis no município, tomando como fontes primárias, sobretudo, um censo municipal realizado em 1907, ao lado de registros paroquiais de casamento colhidos entre o último quartel do século XIX e 1930. Por fim, procura-se apontar e discutir as razões da invisibilidade dos espanhóis a partir do caso de São Carlos.

2. A imigração como problema sociológico

Foi no início do século XX que as migrações internacionais tornaram-se objeto de reflexão sistemática para a sociologia. Levados a refletir acerca da crescente onda de europeus que chegava aos Estados Unidos, sociólogos desse país passaram a considerar a imigração como um tema específico para estudo. A obra pioneira dentro dessa abordagem, *The Polish Peasant in Europe and America*, de Thomas e Znaniecki (1918), influenciou fortemente as análises sociológicas posteriores sobre imigração, especialmente por inaugurar novos métodos de pesquisa e usos de fontes nas ciências sociais e por se concentrar em delinear

as causas e consequências da migração de uma nacionalidade em particular. A imigração se torna, nesse sentido, um conjunto de acontecimentos que, mesmo conectado com mudanças mais gerais, configura aspectos peculiares. Influenciados pela obra de Thomas e Znaniecki, os estudos realizados no âmbito na Escola de Chicago desenvolveram uma série de categorias, como aculturação, adaptação e assimilação, para tentar explicar a inserção de diversos grupos de imigrantes na sociedade norte-americana, como pode ser observado, entre outras produções, nas coletâneas organizadas por Hirschman, Kasinitz e DeWind (1999) e por Thernstrom, Orlov e Handlin (1980). Esse interesse da sociologia norte-americana pelas imigrações refletia, na verdade, as preocupações políticas acerca desse mesmo fenômeno. Tanto é que as pesquisas geralmente focalizavam questões como desagregação social, quebra de laços familiares, formação de guetos e o envolvimento dos imigrantes na criminalidade. Todos esses fatores eram vistos, em maior ou menor grau, como tensões e problemas que os fluxos imigracionistas estavam trazendo para a sociedade norte-americana. O enfoque, nesse sentido, recaía quase sempre nas nacionalidades que enfrentavam conflitos étnicos mais visíveis nos Estados Unidos, como italianos, irlandeses e poloneses.

Após a Segunda Guerra Mundial, as tensões políticas causadas pelos movimentos imigratórios, que se expandiram para diversas partes do globo, tornaram-se ainda mais evidentes. O grande fluxo de trabalhadores advindos de ex-colônias da África e do Caribe rumo à Europa colocou em xeque as narrativas que sustentavam as identidades nacionais de vários países localizados nesse continente. Nações que portavam uma autoimagem de povos brancos e cristãos passaram a receber um grande contingente de negros e muçulmanos, tendo como consequência o fortalecimento de discursos discriminatórios contra os recém-chegados. Os Estados Unidos, por sua vez, não ficaram imunes a esses novos deslocamentos populacionais. Pelo contrário. Eles receberam grandes quantidades de imigrantes durante praticamente toda a segunda metade do século XX, sobretudo de países latino-americanos e asiáticos. O estabelecimento de políticas restricionistas por parte dos governos norte-americanos, que visavam a limitar cada vez mais a entrada de estrangeiros, oscilou durante esse período³, porém

3 “Segundo Rossana Rocha Reis, há, de forma simplificada, quatro grandes períodos da história americana no que concerne aos imigrantes: um período que vai até aproximadamente a Primeira Guerra Mundial, em que vigorou a crença do nacionalismo cívico baseado na concepção da nação como um *melting pot*, posteriormente em uma ascensão do nativismo e restrição à imigração baseada em critérios raciais e religiosos, o que chega até a década de 1960, quando uma política associada aos interesses da luta contra o comunismo cria uma política mais liberal e baseada em direitos, até que, após os ataques de 11 de setembro de 2001, passa a vigorar um contexto marcado pela retórica da segurança” (Miskolci, 2007: 215).

elas sempre se pautaram pela construção de grupos “indesejáveis”. No campo da sociologia, uma série de pesquisas foi produzida, com destaque para os mais diversos fluxos migratórios, mas especialmente para aqueles que trouxeram novos conflitos para a dinâmica social dos países receptores. Foi nessa direção que a migração de latino-americanos, a maioria entre aqueles que migravam em situação irregular, ganhou destaque na produção sociológica norte-americana do pós-guerra até fins da década de 1990, cedendo espaço para a migração de muçulmanos após os atentados de 11 de setembro de 2001. Na Europa, as pesquisas se concentraram, devido aos motivos já expostos, nos impactos da vinda de africanos, sobretudo de africanos que professavam o Islã (Lincoln, 1994; Fetzer; Soper, 2005; Cesari, 2003; Nielsen, 2004). Isso sem contar os estudos que fizeram uso do conceito de diáspora para enfatizar a especificidade da história de deslocamentos presente na construção de determinadas identidades étnico-raciais, as quais possuem como ponto em comum o fato de terem sido subalternizadas em variados contextos (Hall, 2003; Gilroy, 2001).

Qualquer pesquisador, ao definir seu objeto de pesquisa, realiza uma escolha pautada por temas que são considerados relevantes de acordo com consensos politicamente construídos, seja dentro do seu campo científico ou do contexto social mais amplo do qual ele faz parte. As análises sociológicas acerca das migrações internacionais parecem acompanhar, nesse sentido, o grau de tensão que determinados grupos trouxeram para a ordem social e política dos países em que se inseriram. O destaque dado pela bibliografia a algumas trajetórias específicas parece estar correlacionado com as maneiras através das quais elas foram (re) dimensionadas na opinião pública da sociedade receptora. Sendo assim, pode-se dizer que certos fluxos migratórios receberam, no que se refere às pesquisas sociológicas e históricas, mais atenção devido à *visibilidade* (seja ela positiva ou negativa) por eles alcançada. De modo contrário, a experiência de determinados grupos de imigrantes não despertou igual interesse entre os pesquisadores, sendo ela muitas vezes tida como *invisível*. Esse último parece ser o caso dos espanhóis que chegaram ao interior paulista durante o início do século XX.

3. O contexto: São Carlos na economia cafeeira paulista

Emancipado em 1857⁴, São Carlos tornou-se um importante e representativo município da economia cafeeira que se expandiu pelo oeste do estado de São Paulo a partir das últimas décadas do século XIX. Seu rápido desenvolvimento foi atestado poucos

4 Até então, as terras que constituíram o município de São Carlos pertenciam ao município (mais antigo) de Araraquara.

anos depois, em 1865, quando a Assembleia Provincial elevou-o à categoria de vila, e por um recenseamento realizado em 1874, quando o município somou 7 mil habitantes, o que já constituía dois terços da população de Araraquara, de quem fora distrito. Desta população, a grande maioria residia na zona rural, e os escravos perfaziam um quarto de seu total. Em 1884, devido a iniciativas da elite agrária local, a ferrovia chegou à região e tornou-se um poderoso incentivo para a expansão das plantações. Na primeira década do século XX, a produção cafeeira do município atingiu seu ápice, quando foram colhidas 2,2 milhões de arrobas do produto em 1906. Já nas duas décadas seguintes, a média anual da produção cafeeira se retraiu para se estabilizar em torno de 1,2 e 0,9 milhão de arrobas, respectivamente (Truzzi, 2000: 82).

Embora São Carlos contasse com uma força de trabalho originalmente composta de escravos negros, dos anos 1880 em diante o município começou a receber um número substancial de imigrantes europeus para trabalhar nas plantações de café e nas atividades urbanas sustentadas por tal economia. Significativamente, em 1894 São Carlos recebeu o maior contingente de imigrantes em toda a economia cafeeira do interior paulista.

Entre 1886 e 1907 a população de São Carlos mais que duplicou e sua composição racial mudou radicalmente. Em 1886, entre seus 16.014 habitantes, 37% foram identificados como negros ou pardos, enquanto em 1907 os negros e mulatos não ultrapassavam um oitavo da população da cidade. Fundamentalmente, tal mudança se deveu à chegada de imigrantes europeus, que em 1886 somavam quase 13% de toda a população, enquanto em 1907 representavam quase 40% (Truzzi; Bassanezi, 2009).

Entre os imigrantes estrangeiros, os italianos eram de longe a maioria, mas em segundo lugar vinham os espanhóis, logo seguidos pelos portugueses, conforme ilustram os dados populacionais da Tabela 1 para os anos de 1907, 1920 e 1934.

Tabela 1 - População segundo a nacionalidade, 1907, 1920 e 1934

	Brasileiros	Italianos	Espanhóis	Portugueses	Alemães	“Turcos”	Outros	Total
1907	23375 (60,5)	11339 (29,3)	1670 (4,3)	1631 (4,2)	209 (0,5)	114 (0,3)	304 (0,8)	38642 (100)
1920	40894 (75,4)	8235 (15,2)	2141 (3,9)	1948 (3,6)	202 (0,4)	212 (0,4)	593 (1,1)	54225 (100)
1934	44724 (86,6)	4185 (8,1)	1109 (2,1)	950 (1,8)	119 (0,2)	150 (0,3)	383 (0,7)	51620 (100)

Fonte: RECENSEAMENTO de São Carlos de 1907 (manuscrito); BRASIL (1926); SÃO PAULO (1936).

Nota: Percentuais entre parênteses. O total corresponde a menos de 100% devido aos arredondamentos.

A distribuição da população indica que os brasileiros representavam 60% da população total em 1907, 75% em 1920 e 87% em 1934. No entanto, vale ressaltar que dentro do grupo brasileiro as crianças nascidas de pais estrangeiros foram contadas como cidadãos brasileiros, de acordo com a política de *jus soli*⁵. Quanto à temporalidade das chegadas, vale ressaltar que os alemães, embora pouco numerosos, foram os primeiros estrangeiros a chegar na região, dada a proximidade com Rio Claro e Limeira, municípios pioneiros na recepção desses imigrantes. Em seguida vieram os italianos, cujas entradas foram muito abundantes até o início do século XX, quando então essa corrente migratória foi numericamente superada pelo fluxo de espanhóis.

Quando, em 1902, o governo italiano proibiu a imigração subsidiada, o fluxo de espanhóis para o município tornou-se o mais volumoso: de fato, entre 1903 e 1920 saíram da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo para São Carlos 5.932 espanhóis, 4.145 italianos e 2.302 portugueses. No ano de 1913, o município receberia da Hospedaria mais de mil espanhóis, o maior contingente de sua história (Truzzi, 2000: 58). Isto significa que a maioria dos espanhóis chegou a São Carlos já em uma fase declinante da economia cafeeira local.

Tal qual o governo italiano havia procedido em 1902, o governo espanhol, ao tomar ciência das duras condições de trabalho nas fazendas paulistas, também proibiu a emigração de espanhóis com passagens pagas ao Brasil em 1910. Dois anos depois, também tornou ilegais as atividades dos *ganchos*⁶. Contudo, dada a facilidade de os andaluzes alcançarem o porto de Gibraltar (e, de modo similar, de os galegos alcançarem o porto de Leixões, em Portugal), a emigração espanhola permaneceu volumosa, atizada pela facilidade das passagens gratuitas, até pelo menos o final dos anos 1920.

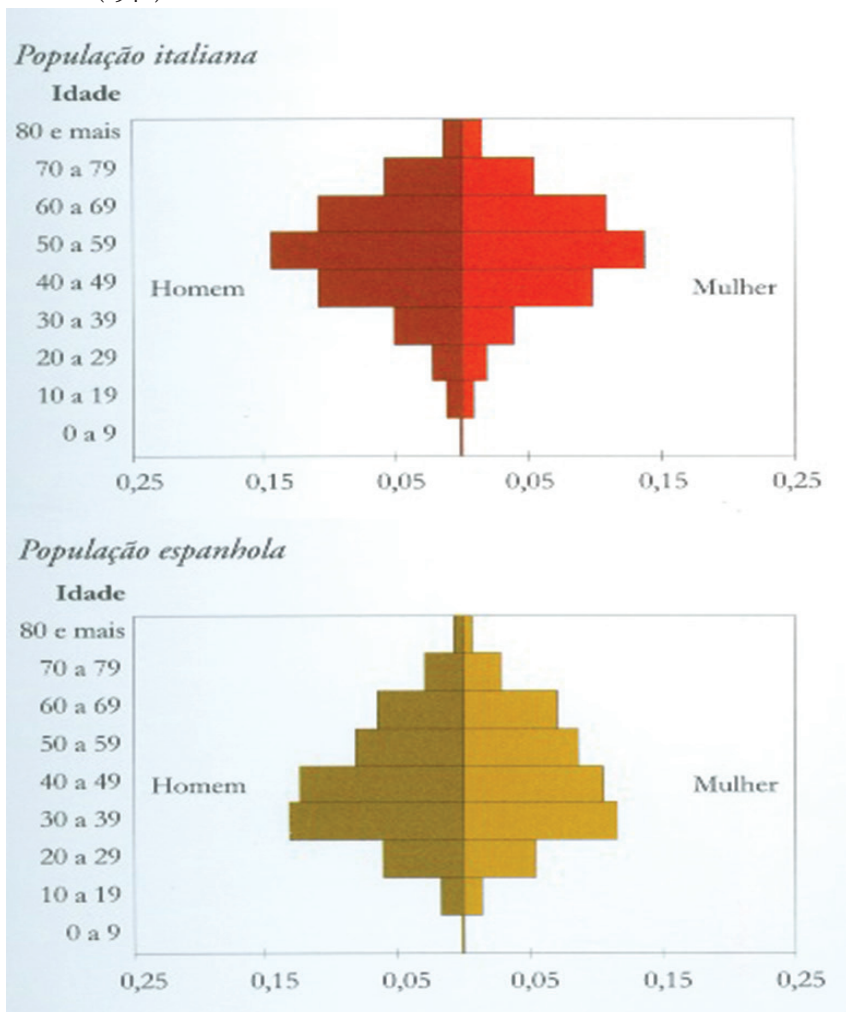
Cabe aqui observar que a imigração subsidiada constituiu o diferencial crucial que explica o deslocamento em massa dos espanhóis ao Brasil, já que espontaneamente o fluxo se dirigia majoritariamente a Argentina e Cuba, países com raízes históricas e culturais mais próximas. Klein, por exemplo, apurou que dos 102.800 espanhóis que passaram pela Hospedaria em São Paulo entre 1910 e 1915 apenas 15% haviam pago suas passagens, numa flagrante evidência de quão importante era o transporte subsidiado para o grupo (Klein, 1994: 36).

5 Termo latino, também conhecido como cidadania por direito de nascimento, que indica um direito pelo qual a nacionalidade, ou a cidadania, pode ser reconhecida para qualquer indivíduo nascido no território de um Estado. *Jus soli* contrasta com *jus sanguinis* (direito de sangue). *Jus soli* foi o princípio de direito à nacionalidade utilizado pelos países que receberam grande número de imigrantes, a fim de estabelecer laços permanentes entre estes novos cidadãos e o território em que residiam.

6 Emissários enviados às províncias com o objetivo de recrutar mão de obra.

De qualquer modo, para nossos propósitos, considerando-se a variável anterioridade da chegada, pode-se afirmar que em relação aos italianos os espanhóis constituíram uma imigração tardia não apenas na capital como na maior parte do interior paulista, excetuando-se as zonas mais a oeste do estado. É o que sugere a comparação entre as pirâmides etárias dos dois grupos em 1940, onde se nota o envelhecimento mais nítido dos italianos em todo o estado.

Figura 1 - Pirâmides etárias da população italiana e espanhola no estado de S. Paulo (1940)



(fonte: Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008)

Tomo o caso de São Carlos como exemplo, considerando tanto o ápice da absorção relativa de imigrantes estrangeiros ao município (que ocorreu por volta de 1894) quanto o ápice da produção cafeeira do município (que ocorreu por volta de 1906). Ambas as datas precederam o ano de maior entrada de espanhóis no município, que ocorreu, como já se observou, em 1913. No entanto, tal fenômeno ocorreu não apenas no caso de São Carlos, mas no da maioria dos municípios servidos pelas Companhias Paulista e Mogiana.

No eixo de Ribeirão Preto, por exemplo, município cuja produção cafeeira na última década do século XIX tornou-se o exemplo maior de riqueza, os espanhóis também chegaram com certo atraso em relação aos italianos: entre os requerentes a lotes no núcleo colonial Antonio Prado em 1894, apenas oito espanhóis o fizeram, enquanto os italianos somaram 96. Estes dominaram amplamente o fluxo migratório até o ano de 1905, quando pela primeira vez os espanhóis os suplantaram (Furlanetto, 2008: 55).

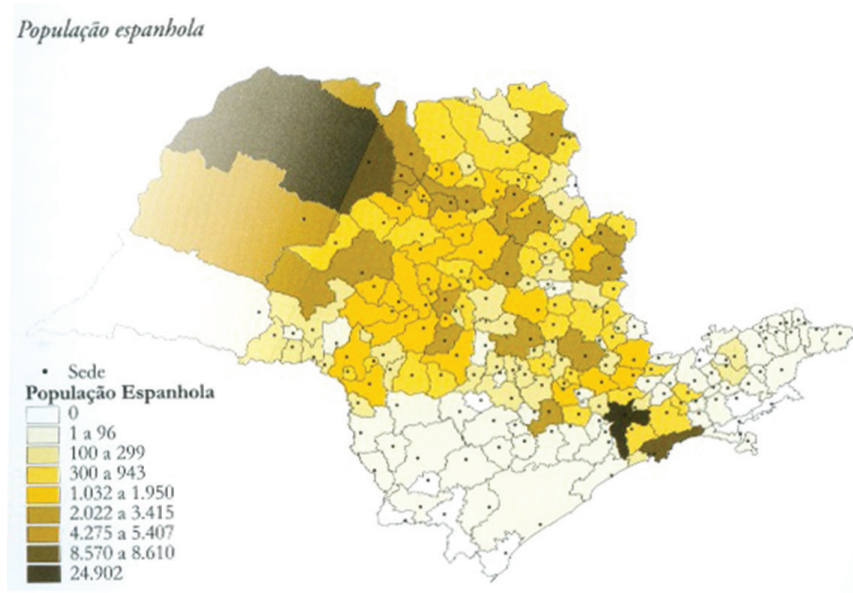
Por causa disso, os espanhóis foram atraídos para regiões mais a oeste do estado. De fato, tomando-se por base o censo de 1920, “os italianos, por serem maioria entre os imigrantes, predominavam na maior parte dos municípios [...] enquanto os] espanhóis, embora em proporções menores, constituíam-se no principal grupo em Sorocaba e em três municípios de criação mais recente no norte e oeste do estado: São José do Rio Preto, Catanduva e Piraju” (Bassanezi; Scott; Bacellar; Truzzi, 2008: 52). A menção a Sorocaba explica-se pelo desenvolvimento específico neste município da indústria têxtil, que de fato atraiu contingentes de espanhóis que se inseriram, a par de outros grupos, não apenas no setor, mas também como fornecedores de produtos agrícolas à região (Oliveira, 2002). O mesmo parece ter ocorrido em Franca, onde o desenvolvimento da indústria calçadista local também atraiu e potencializou a mobilidade de um contingente expressivo de espanhóis, mesmo que numericamente inferior ao de italianos (Dias, 2010).

Os mapas a seguir indicam a concentração da população espanhola no estado em 1920 e 1940. Descontando-se a capital e o município de Santos, pode-se facilmente perceber a maior concentração do grupo em áreas localizadas mais a oeste do território paulista.

Por outro lado, é claro que municípios do interior mais próximos à capital também receberam espanhóis, mas estes já chegaram relativamente “atrasados” se comparados a italianos e se inseriram muitas vezes nestes municípios em uma fase já declinante da economia cafeeira local (Milliet, 1982).

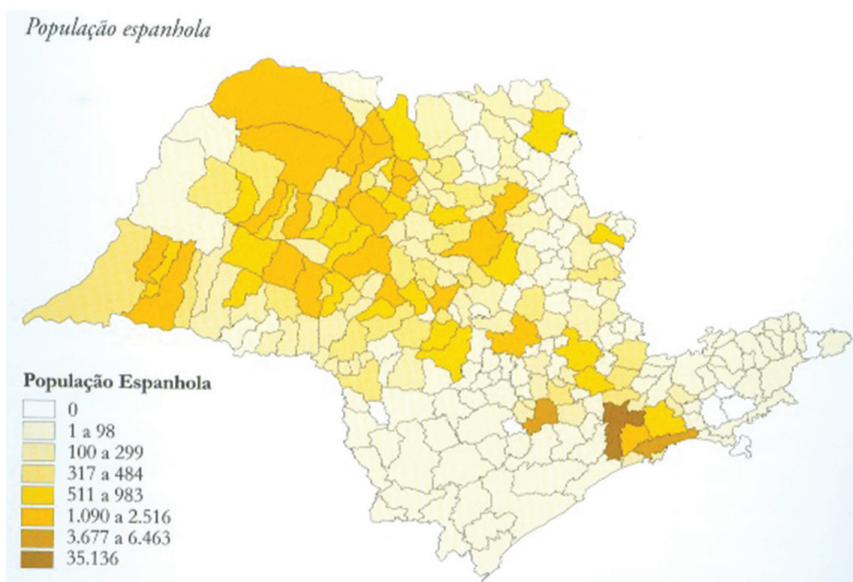
A comparação com os italianos é a mais oportuna porque tanto espanhóis quanto italianos empregaram-se massivamente como colonos, ocupando a

Figura 2 - População espanhola no estado de S. Paulo, 1920



(fonte: Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008)

Figura 3 - População espanhola no estado de S. Paulo, 1940



(fonte: Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008)

maior parte das posições no regime de colonato paulista, enquanto uma parcela considerável de portugueses já apresentou um perfil de inserção mais urbano (Matos, 2013). Note-se, porém, que mesmo no contexto das áreas mais a oeste do estado, nas quais provavelmente se registra a chegada concomitante de espanhóis e de italianos, estes levaram certa vantagem em relação aos primeiros porque muitas famílias italianas chegaram a essas áreas recém-abertas já relativamente capitalizadas, trazendo pecúlios acumulados em áreas de lavouras mais antigas do estado (como a Mogiana e a Paulista), enquanto a maior parte dos espanhóis era composta por famílias recém-chegadas ao Brasil.

4. A inserção dos espanhóis em São Carlos e inferências para o estado

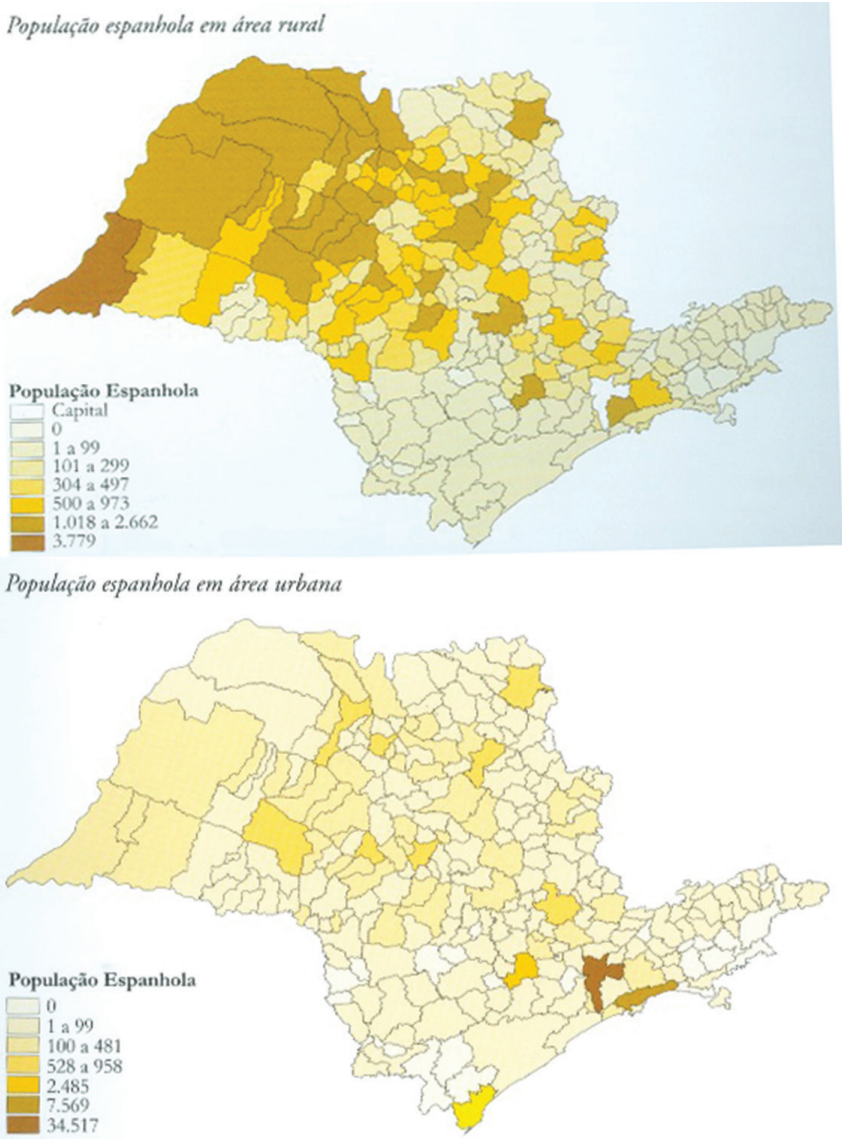
Por meio do caso de São Carlos pode-se aprofundar outros aspectos que de algum modo contribuíram para a relativa invisibilidade dos espanhóis no contexto da imigração paulista. Observando-se a distribuição da população no município em 1907, nota-se que os espanhóis eram os mais rurais, pois de cada oito indivíduos sete habitavam esse meio. Tudo indica que tal comportamento se manteve como padrão ao longo das décadas seguintes. De fato, em 1934 (quando o estado de São Paulo realizou o primeiro censo que distinguia habitantes de áreas urbanas de habitantes de áreas rurais), 58,1% dos espanhóis ainda permaneciam nas áreas rurais, ao passo que para italianos e portugueses estas cifras eram menores, de 51,4% e 29,5%, respectivamente⁷.

Assim, “comparando-se com os italianos, portugueses e alemães, os espanhóis eram os que mais se caracterizavam como trabalhadores agrícolas (na condição de colono ou de pequeno proprietário), dando preferência às áreas de ocupação mais recentes na época, onde as oportunidades de acesso à terra eram mais amplas [...]. Pelo menos até 1930, eles preferiram concentrar-se mais em municípios do interior” (Bassanezi; Scott; Bacellar; Truzzi, 2008: 62).

A concentração dos espanhóis no longínquo oeste paulista não passou despercebida ao historiador Alfredo Ellis Jr., que nos anos 1930 escreveu: “Sem a docilidade do italiano, o hespanhol prefere os sertões, as terras novas, as mattas virgens, onde pode trabalhar por conta própria e onde está livre da truculência dos administradores, dos feitores intolerantes e dos próprios companheiros sem solidariedade [...] As zonas novas, a Araraquarense e mais ainda a Noroeste e a Alta Sorocabana, estão sendo saturadas dessa gente donairoso, toda reunida no mosaico da pequena propriedade, onde exploram a polycultura, desde o café,

7 Os japoneses, cujo fluxo foi mais tardio, eram o único grupo com maior percentual de domicílios nas zonas rurais.

Figura 4 - Distribuição rural e urbana da população espanhola (SP, 1934)



(fonte: Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008)

cuja produção esperam pacientes, até a quitanda meúda que vendem nas cidades da redondeza” (Ellis Jr., 1934).

Outra característica marcante do grupo revelada pelo censo de 1907 em São Carlos diz respeito à forte presença familiar, que se traduziu em uma razão de sexo mais equilibrada em relação a outros grupos. Ambos os dados se coadunam com os observados para todo o estado. De fato, os dados apurados pelo

Censo de 1907 em São Carlos indicam uma razão de sexo de 1,09 para o grupo (1,19 e 1,54 para italianos e portugueses, respectivamente), enquanto entre os imigrantes desembarcados em Santos entre 1908 e 1936 os espanhóis apresentavam um índice de 1,46 (1,83 e 2,12 para italianos e portugueses, respectivamente). Neste mesmo universo, os espanhóis conformaram o grupo com o menor percentual de indivíduos que chegaram sozinhos (18%, comparados a 42% e 53% para italianos e portugueses respectivamente) e com o maior percentual de menores de 12 anos (20%, comparados a 14% e 12% para italianos e portugueses, respectivamente). Trata-se, portanto, de um fluxo eminentemente composto pelo deslocamento de famílias inteiras, atestado pela razão de sexo mais equilibrada, pela abundância de crianças e pela pouca expressão numérica dos indivíduos que aqui chegaram sozinhos.

O forte analfabetismo também caracterizou o grupo: em São Carlos, menos de um quarto (24%) dos espanhóis tinha capacidade de ler em 1907 (comparados a 32% e 30% para italianos e portugueses, respectivamente), ao passo que estas mesmas cifras assumiam os valores de 35%, 48% e 68%, respectivamente, entre os imigrantes destas mesmas nacionalidades desembarcados em Santos entre 1908 e 1936.

No tocante às ocupações, importa assinalar que o grosso (91%) dos indivíduos maiores de 12 anos residentes no meio rural, na São Carlos de 1907, era composto por colonos. (971 colonos, 40 camaradas, 15 lavradores, 9 negociantes, 7 ferroviários, 6 administradores, 5 carroceiros e 2 empregados em um total de 1.055 aí domiciliados); ao passo que o diminuto contingente residente no meio urbano era composto por apenas 21 lavradores, 18 camaradas, 15 negociantes, 11 ferroviários, 10 empregados, 3 criados, 3 costureiras e 3 lavadeiras, totalizando apenas 84 indivíduos.

Analisando-se os padrões conjugais vigentes entre os espanhóis em São Carlos no período entre 1890 e 1930, observa-se uma menor tendência endogâmica quando comparada à de italianos. Tal situação é confirmada pela maior disposição dos espanhóis (sempre em relação aos italianos) em se casar com portugueses e pela menor “rejeição” ao casamento com brasileiros e brasileiras (Truzzi, 2012).

Outro dado interessante que os registros paroquiais de casamento entre espanhóis em São Carlos revelam diz respeito às origens regionais e provinciais do grupo. De um universo de 533 cônjuges cujas origens puderam ser identificadas, 64% deles são andaluzes (as províncias de Granada, Almeria e Málaga contribuem com 90% desta origem regional), 8% são galegos, 7% provêm de Múrcia, 6% das Ilhas Canárias e 5% de Castela e Leão. A significativa presença de andaluzes entre os espanhóis em São Carlos se coaduna com as observações

de Martínez: “Tratava-se de famílias de recursos muito escassos, em geral da Andaluzia Oriental, onde qualquer crise na agricultura – desde epidemias nas plantações de oliveira e videira até secas ou chuvas de granizo – provocava a expulsão dos menos favorecidos [...] Isso explica os sucessos dos *ganchos*, já que era fácil encontrar lavradores pobres de míseras e desafortunadas regiões da Espanha ou em que a organização da propriedade ou do trabalho lhes era mais adversa: Almería, Jaen, Granada, Málaga” (Martínez, 1999: 244-245).

Cabe ressaltar, mais uma vez, que todos estes dados aplicam-se a um grupo cuja esmagadora maioria (92%) era composta por famílias de colonos que trabalhavam nas fazendas cafeeiras do município⁸. Fora do regime de colono, entre os estratos melhor posicionados, aqui também cabe observar a menor proporção de espanhóis que poderiam constituir uma classe média rural composta por lavradores⁹, administradores, empreiteiros e negociantes (apenas 2%, contra 9% e 11%, respectivamente, para italianos e portugueses).

Evidentemente tal perfil ocupacional acabou ecoando no acanhado acesso dos espanhóis às propriedades rurais no município. Em 1923, os espanhóis contribuíam com mísero 0,1% do total dos impostos recolhidos sobre a produção cafeeira local, enquanto os italianos e portugueses o faziam na razão de 15% e 6%, respectivamente. Mais tarde, em 1940, os espanhóis detinham apenas 1,2% do valor das propriedades rurais no município, enquanto italianos e portugueses eram responsáveis por 15% e 5%, respectivamente.

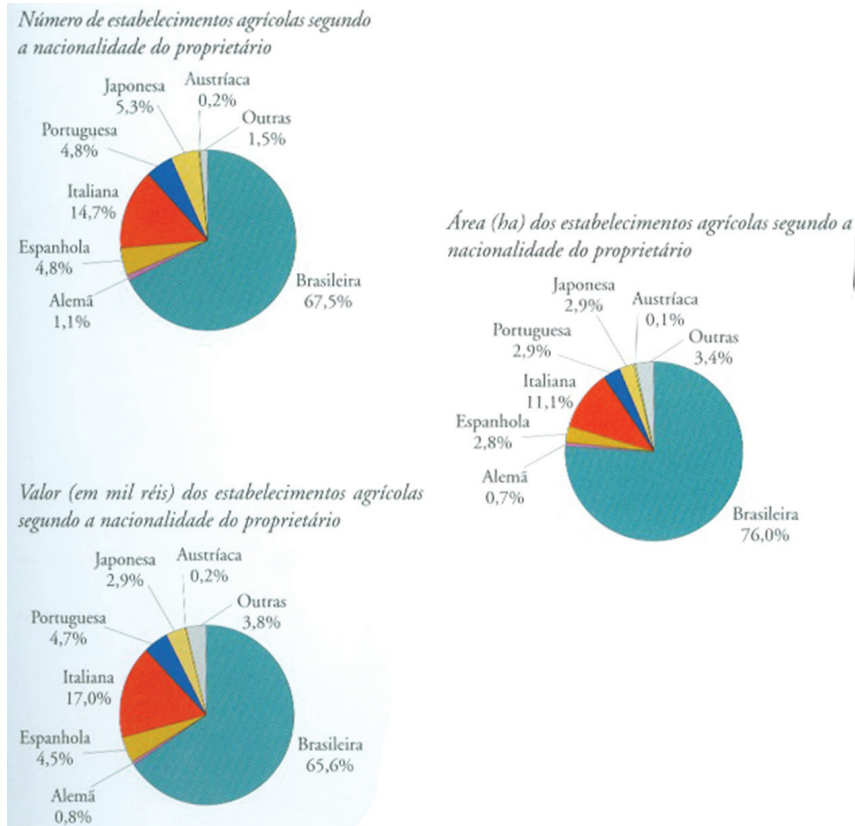
No estado como um todo, o acesso à propriedade rural entre espanhóis foi semelhante, como se pode observar pela Figura 5. Note-se que em 1934 os japoneses, mesmo tendo chegado a São Paulo mais tardiamente que os espanhóis, já ultrapassavam estes no tocante ao número e à área de propriedades adquiridas. A Figura 6 confirma a localização das propriedades pertencentes aos espanhóis em áreas mais a oeste do estado.

No meio urbano, entre as ocupações mais qualificadas da colônia espanhola de São Carlos em 1907, não constam nenhum médico, advogado ou engenheiro, apenas quatro administradores, dois industriais e um diretor. Ao incluirmos comerciantes, funcionários públicos e ocupantes de cargos de direção na ferrovia e nas fazendas, o número, ainda bastante modesto, sobe para 26 indivíduos (no caso de italianos e portugueses, 244 e 60, respectivamente).

8 Entre italianos e portugueses, esta cifra é significativamente menor: 75% e 67%, respectivamente.

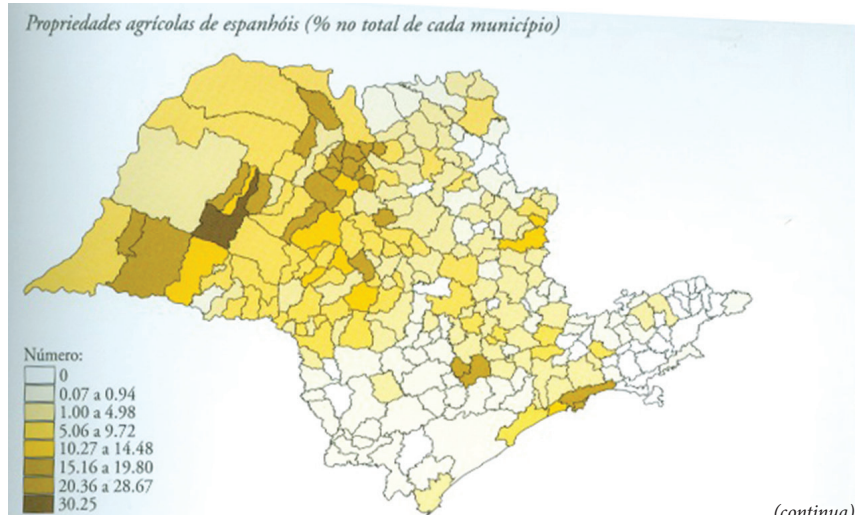
9 Embora a categoria ocupacional de lavrador não signifique necessariamente que o indivíduo é detentor da propriedade rural, ela é mais abrangente que a de colono e compreende todos os indivíduos responsáveis por decisões envolvendo o cultivo de terras, “quer seja por sua conta e por suas mãos, quer seja por conta de outrem a quem pague, seja, enfim, como proprietário ou rendeiro” (Barbosa, 1943: 51).

Figura 5 - Número, valor e área de propriedades, segundo nacionalidade (SP, 1934)



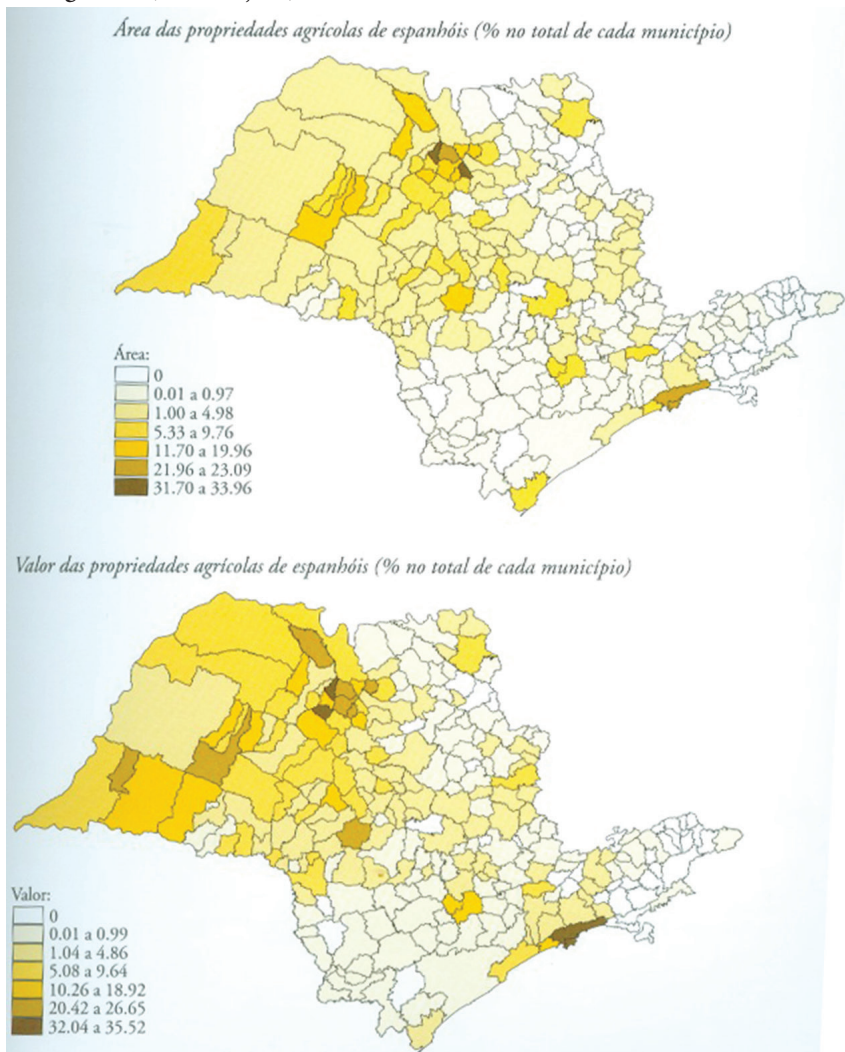
(fonte: Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008)

Figura 6 - Distribuição das propriedades de espanhóis segundo número, área e valor (SP, 1934)



(continua)

Figura 6 - (continuação)



(fonte: Bassanezi, Scott, Bacellar e Truzzi, 2008)

Deve-se ainda observar que, diferentemente do que ocorreu com os sírios e libaneses, que, a partir de uma inserção inicial como mascates, lograram efetivamente se estabelecer massivamente no ramo de armarinhos e daí trilhar um percurso de mobilidade socioeconômica que se desenvolveu pelo comércio varejista, atacadista e pela indústria têxtil (Truzzi, 2008), os espanhóis em São Paulo jamais conseguiram dominar um nicho econômico importante na economia paulista. Se tivéssemos que apontar um setor no qual os espanhóis foram notados por sua elevada concentração, ao menos na capital do estado, este setor

foi o de serviços de demolição e comercialização de ferro velho, um ramo muito pouco expressivo no conjunto da economia paulista e pouco apto a alavancar a mobilidade de parcelas expressivas de uma colônia tão numerosa.

No caso de São Carlos, tais debilidades e a escassez de quadros de classe média na cidade não impediram, contudo, que os espanhóis se organizassem no sentido de propor, já em 1892, a fundação de uma Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos (*O Popular*, 17 de março de 1892). Ao que parece, o intento foi realizado em 1896, com a fundação da Sociedade Espanhola Beneficente e Instrutiva de São Carlos, que funcionou em prédio próprio. Presidida por um fotógrafo que nos anos 1930 parece ter retornado definitivamente à sua pátria, sua primeira diretoria reunia os parques negociantes e um industrial local de origem espanhola (*O Diocesano*, outubro de 1961).

De qualquer maneira, é provável que na maior parte das cidades do interior paulista o associativismo entre os espanhóis, quando existia, tenha se revelado bastante incipiente, combatido pela pouca expressão urbana da colônia presente na maior parte dos municípios. As exceções, que de algum modo confirmam a regra, manifestam-se nas localidades de maior concentração étnica, como Bauru, Catanduva, São José do Rio Preto e Olímpia, todas em áreas mais distantes do oeste paulista, a par das cidades de maior porte nas quais vicejou alguma atividade industrial, como Sorocaba, Franca e Campinas.

5. Considerações finais

Durante a virada do século XIX para o século XX, a imigração italiana foi, tratando-se do interior paulista, a mais expressiva. E tal representatividade não se deve apenas à quantidade de italianos inseridos nesse contexto, mas também a todo o seu impacto na dinâmica política do mesmo. Primeiramente, quando se começou a discutir os parâmetros para a implantação de uma política imigratória, eles eram vistos como os trabalhadores que encarnavam os principais atributos morais, psicológicos e raciais supostamente exigidos por uma economia movida a trabalho livre (Martins, 1973; Hofbauer, 2003). Com o passar dos anos, o abandono constante das fazendas, os conflitos cotidianos e as ameaças de greves obrigaram fazendeiros e políticos a rever suas idealizações acerca dos italianos (Andrews, 1998). No que toca ao contexto urbano, estes últimos adquiriram visibilidade ao fundar associações, jornais e bairros étnicos, bem como por dominar alguns setores econômicos de algumas cidades. Isso sem contar o fato de os italianos constituírem um problema de segurança pública, haja vista que eram estereotipados como sujeitos violentos e inclinados à prática de crimes

(Fausto, 2001). Em suma, os italianos eram perceptíveis (e assim conseguiram fazer parte) nas principais questões políticas da época, seja em relação à criação de uma identidade nacional ou até mesmo à criminalidade presente nas áreas rurais e urbanas. Dentro da dinâmica social paulista, eles foram representados e conseguiram se representar como uma identidade étnica distinta e particular.

O mesmo não pode ser dito dos espanhóis, outro grupo quantitativamente expressivo dentro da mesma conjuntura. Tomados em seu conjunto, os dados apresentados sugerem que assim chamada invisibilidade dos espanhóis no interior paulista pode estar associada tanto a uma implantação mais rural, em áreas mais a oeste do estado, quanto a uma menor mobilidade socioeconômica do grupo. No que diz respeito a esta última, ela resultou, entre outros elementos, do *background* social e cultural bastante desfavorável dos imigrantes aqui chegados. As elevadas taxas de analfabetismo, o alto percentual de passagens subsidiadas e a situação de miséria vigente, em particular na Andaluzia oriental, são indícios de que o grosso das famílias de espanhóis vindas ao interior paulista reunia condições muito precárias de sobrevivência já na pátria de origem. Ademais, a temporalidade das chegadas é outro fator importante no qual os espanhóis levaram desvantagem em relação aos italianos, pois em áreas mais antigas do estado chegaram mais tarde, enquanto que em áreas mais novas chegaram mais descapitalizados em relação a estes últimos.

A menor mobilidade socioeconômica deve ser explicada também pela implantação mais rural do grupo, decorrente da inserção em massa no colonato, num contexto no qual o meio urbano das cidades interioranas oferecia maiores oportunidades de ascensão, tanto pelo comércio quanto pelos ofícios e atividades artesanais e industriais.

No caso de São Carlos, tais condições já haviam sido confirmadas pelo censo de 1907, que assinalou uma taxa menor de espanhóis na condição de proprietários (8,7%), quando comparada à de italianos (13,1%) e à de portugueses (22,1%).

Por sua vez, a implantação mais rural do grupo e o tipo de ocupação a que se dedicaram inibiram a formação de elites étnicas urbanas no interior, o que também desfavoreceu a mobilidade e favoreceu a invisibilidade do grupo, já que as associações étnicas se estruturaram e se firmaram apenas em casos especiais. A própria facilidade relativa com que os espanhóis se casaram com brasileiros no interior paulista parece também ter contribuído para uma identidade étnica menos marcante do grupo.

Complementarmente, dois outros fatores explicativos da invisibilidade dos espanhóis devem ser ainda mencionados. O primeiro deles diz respeito ao fato

óbvio de que os espanhóis não apresentam uma característica fenotípica peculiar, como a dos japoneses. Ao se discutir invisibilidade, esta circunstância merece ser assinalada, já que estes últimos também apresentaram uma inserção rural bastante pronunciada no colonato paulista, embora tenham logrado uma mobilidade muito maior e fossem claramente notados, dada sua característica “racial”. Uma vez que as características fenotípicas são acionadas como marcadores da diferença de acordo com as relações sociais e de poder em cada contexto, a circunstância de os japoneses terem inaugurado a imigração em massa de origem asiática no oeste paulista, a de apresentarem uma cultura bastante peculiar, aliada à sociabilidade a princípio bastante endógena do grupo, determinaram uma visibilidade proeminente dos japoneses, da qual os espanhóis nem se aproximam.

Por fim, é relevante também mencionar que a ausência de estudos sobre espanhóis no interior paulista também contribui para a invisibilidade do grupo. De fato, a maior parte dos estudos sobre espanhóis se concentrou na capital, já que as universidades (e, portanto, a produção intelectual sobre o tema) também se concentram mais próximas a esta. Neste sentido, é significativo que dois dos poucos livros publicados sobre espanhóis no interior paulista tenham focalizado cidades interioranas (Franca e Bauru) que contavam com universidades com programas de pós-graduação. Sendo estes mais rarefeitos em áreas do extremo oeste paulista e mais abundantes no entorno da capital, a produção sobre o tema também tendeu a tomar tal viés, havendo poucos estudos sobre os locais de implantação por excelência dos espanhóis em território paulista, o que constitui uma evidente lacuna em nosso conhecimento.

Referências

- ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo*. Bauru, Edusc, 1998.
- BARBOSA, C. *Glossário do trabalho agrícola e profissões*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1943.
- BASSANEZI, M. S.; SCOTT, A. S.; BACELLAR, C. A.; TRUZZI, O. M. S. *Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950*. 1. ed. São Paulo, Ed. UNESP, 2008.
- BRASIL. *Recenseamento geral de 1920*. Rio de Janeiro, 1926.
- CANOVAS, M. K. *Hambre de tierra. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista 1880-1930*. São Paulo, Lazuli, 2005.
- CANOVAS, M. K. *Imigrantes espanhóis na Pauliceia. Trabalho e sociabilidade urbana, 1890-1922*. São Paulo, Edusp, 2009.
- CESARI, J. *When Islam and Democracy Meet: Muslims in Europe and in the United States*. Palgrave MacMillan, 2004.

- D'ÁVILA, R. P. Lembranças da imigração. Cenas e cenários de vida dos imigrantes espanhóis em Bauru 1892-1930. Bauru, Edusc, 2004.
- DIAS, V. M. Inserção às avessas: a imigração *espanhola em Franca-SP* (1900-1955). Dissertação de mestrado, UNESP, 2010.
- ELLIS Jr., A. *Populações paulistas*. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1934.
- FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, Edusp, 2001.
- FETZER, J.; SOPER, J. *Muslim and the State in Britain, France, and Germany*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.
- FURLANETTO, P. G. O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas socioculturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920). Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2008.
- GILROY, P. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora 34/Universidade Cândido Mendes, 2001.
- HALL, S. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.
- HIRSCHMAN, C.; KASINITZ, P.; DEWIND, J. (Ed.). *The Handbook of International Immigration: The American Experience*. New York, Russell Sage, 1999.
- HOFBAUER, A. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX – Bases ideológicas do racismo brasileiro. *Revista Teoria & Pesquisa*, n. 42/43, janeiro-julho 2003.
- KLEIN, H. A imigração espanhola no Brasil. São Paulo, Sumaré/Fapesp, 1994.
- LINCOLN, C. E. *The Black Muslims in America*. Wm. B. Eerdmans Publishing, 1994.
- MARTÍNEZ, E. *O Brasil como país de destino para imigrantes*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo, Edusp, 1999.
- MARTINS, J. S. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- MATOS, M. I. *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano – SP séculos XIX e XX*. 1. ed. Bauru, Edusc, 2013
- MILLIET, Sérgio. Roteiro do café e outros ensaios. São Paulo, Hucitec/INL, 1982.
- MISKOLCI, R. Resenha de “Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos”, de Rossana Rocha Reis. *Revista de Sociologia e Política*, Universidade Federal do Paraná, n. 29, novembro 2007, p. 215-217.
- NASCIMENTO, J. L. Trabalho e prestígio social: os espanhóis em São Paulo. In: SILVA, Sergio; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica da Primeira República*. 2. ed. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec, 2002, v. 1, p. 1-413.
- NIELSEN, J. S. *Muslims in Western Europe*. Edinburgh University Press, 2004.
- OLIVEIRA, S. C. *Os espanhóis*. Sorocaba, TCM, 2002.
- PERES, E. P. *A inexistência da terra firme. A imigração galega em São Paulo, 1946-1964*. 1. ed. São Paulo, Edusp/Fapesp/Imesp, 2003.

RECENSEAMENTO de São Carlos de 1907 (manuscrito).

SÃO PAULO. Censo Estadual de 1936.

THERNSTROM, S.; ORLOV, A.; HANDLIN, O. *The Harvard Encyclopedia of American Ethnic Groups*. Cambridge, Harvard University Press, 1980.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America*. Chicago, University of Illinois Press, 1918.

TRUZZI, O. M. S. *Café e indústria: São Carlos, 1850-1950*. 2. ed. São Carlos, EdUFSCar, 2000, v. 1.

TRUZZI, O. M. S. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1880-1930). *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 29, 2012, p. 169-189 (impressa).

TRUZZI, O. M. S. Patrícios. Sírios e libaneses em São Paulo. 2. ed. São Paulo, Ed. UNESP, 2008.

TRUZZI, O. M. S.; BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. População, grupos étnicos-raciais e economia cafeeira. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 26, 2009, p. 197-218 (impressa).

Recebido em: 02/06/2014

Aprovado em: 30/06/2014

Como citar este artigo:

TRUZZI, Oswaldo; PALMA, Rogério de. A imigração espanhola no interior paulista: inferências a partir de um estudo de caso. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 461-480.